



ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS NO BRASIL: CARACTERIZAÇÃO E PERFIL DO ENGAJAMENTO POPULAR

Milena Cristina Belançon¹, Éder Rodrigo Gimenes²

¹ Mestre em Ciências Sociais e pesquisadora do Observatório das Metrópoles – Núcleo Maringá e do Núcleo de Pesquisa em Participação Política, Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá/PR. Bolsista de Extensão no País do CNPq - Nível B. milenabelancon@gmail.com

² Orientador. Docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social, EAD/Universidade Cesumar – UNICESUMAR. Doutor em Sociologia Política, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Participação Política, Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá/PR. ergimenes@uem.br

RESUMO

No bojo das discussões sobre inovações democráticas, no presente trabalho busca-se apresentar um panorama geral sobre as experiências de Orçamento Participativo (OP) no Brasil. Sabendo que as experiências de OP já marcam mais de 30 anos na realidade brasileira, parte-se de um resgate bibliográfico a fim de explorar o acúmulo da literatura sobre o tema. Desse modo, de acordo com a bibliografia pode-se afirmar que após grande expectativa e efervescência pelos OPs, o momento atual é de refluxo desse modelo participativo. As causas de tal refluxo ainda são carentes de comprovações empíricas, porém de uma visão institucional, a bibliografia aponta algumas pistas, que partem de certa crise econômica nos municípios, e chegam até à setorialização orçamentária. Já pela ótica da participação, a bibliografia aponta como uma das possíveis causas de “esfriamento” nas experiências de OP, a dificuldade na execução das propostas apresentadas através dessa instituição participativa, uma vez que os resultados são demorados e necessitam de uma participação popular perene. Portanto, buscou-se, através de dados de participação, explorar quem são as pessoas que participam/participaram de OP no Brasil, com intuito de que este perfil possa suscitar reflexões sobre a participação política em OP.

PALAVRAS-CHAVE: Instituições Participativas; Inovação Democrática; Orçamento Participativo; Participação Política.

1 INTRODUÇÃO

Os questionamentos sobre a persistência do regime democrático e formas de participação têm sido frequentes em diversos países nos últimos anos. No caso brasileiro, depois de alterações recorrentes de regimes de governo no primeiro século desde a proclamação da república, vivenciamos desde meados dos anos 1980 o mais longo período de funcionamento da democracia.

O início dos anos 1990 foi marcado pela profusão de modalidades de participação institucionalizada no país, sendo os conselhos e conferências de políticas públicas mais ampla e recorrentemente estudados até mesmo por sua compulsoriedade em diversas áreas. Por outro lado, o Orçamento Participativo (OP) é uma das instituições participativas mais copiadas mundo afora, mas ainda não completamente mapeada em termos empíricos, sendo o perfil de seus participantes uma dessas lacunas de investigação.

Isto posto, neste *paper* expomos aspectos teórico-conceituais e uma análise descritiva de dados de amostras representativas da população nacional com o objetivo de caracterizar sociodemograficamente em termos de envolvimento social e político o perfil de quem se engajou em experiências de OP no Brasil.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A proposta baseou-se inicialmente em pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de leitura, interpretação, sistematização e análise de referenciais teóricos sobre o tema



(Macedo, 1994; Lima; Mito, 2007; Pizzani et al, 2012).

Ademais, realizamos análises descritivas de dados quantitativos, a partir das quais buscamos identificar aspectos referentes à parcela da população brasileira que declarou ter participado de reuniões de experiências de OP, a fim de estabelecer considerações acerca de seu perfil sociodemográfico e de engajamento social e político por meio de frequências/recorrências (Barbetta, 2011).

Para esta segunda etapa, utilizamos dados de pesquisa nacional no âmbito do Projeto Democracia Participativa (PRODEP, 2011), organizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB, 2018), aplicado no Brasil sob responsabilidade da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e vinculado ao projeto internacional *Comparative Study of Electoral Systems* (CSES).

3 CONSIDERAÇÕES O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Considerando a ditadura militar (1964 – 1985) como momento de separação incisiva entre Estado e Sociedade, a abertura política que deu-se na sequência, representou um novo momento para o Brasil. A tão almejada construção da democracia, incluiu diferentes medidas e ações, que acabaram por nublar as fronteiras entre estado e sociedade. Tal período foi marcado também por profundas transformações na estrutura socioeconômica e demográfica do Brasil. Nesse mesmo sentido, surgiram novos atores sociais e de novas práticas político-culturais no contexto de ampliação da sociedade civil e da esfera pública.

A união desses fenômenos resultou na criação de espaços e ações com objetivo de incluir atores diversos e pluralizar a democracia. Entre estas experiências, podemos citar como exemplo os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, as Conferências, Audiências Públicas e o Orçamento Participativo. Essas diferentes construções foram denominadas Instituições Participativas - IPs e apresentam tipologia extensa e variada em todo o território nacional, nas três esferas de governo.

Desse modo, a participação institucional é ampla e multifacetada, de modo que “a diversidade dos experimentos pode ser vista nos níveis de governo em que são aplicados, nas áreas de políticas públicas e nos contextos políticos e regionais [...]” (Almeida, 2013, p. 12) e que são diversos os conceitos que buscam expressar tal fenômeno, como de instituições participativas (Avritzer, 2009) ou de controle social (Lüchmann, 2011), por exemplo.

De modo geral, é possível inferir que a participação institucional diz respeito ao conjunto de mecanismos legais, por meio dos quais o Estado promove a interação com a sociedade, a fim de formular políticas públicas e redistribuir bens e serviços, em atendimento aos direitos sociais previstos na Constituição. Segundo Avritzer e Santos (2003) e Avritzer (2009), instituições participativas promovem o relacionamento entre Estado e sociedade por meio da operação de princípios de participação e de representação de maneira simultânea, com destaque a dois aspectos.

Primeiramente, saliente-se que há uma crise de representatividade em curso, na qual os partidos políticos e sua capacidade de representação dos interesses dos indivíduos são amplamente questionados em democracias ao redor do mundo, inclusive no Brasil, por conta da pluralidade de demandas.

Em segundo lugar, e em decorrência do primeiro ponto, há a necessidade de emergência de mecanismos de participação que equalizem complexidades e a pluralidade social, de modo que “tais manifestações retomam a importância da participação ativa do cidadão na vida política, fazendo surgir mediações entre Estado e sociedade para além do momento tradicional do voto” (Almeida, 2013, p. 11), de modo que a democratização da democracia passaria pela complementaridade entre representação e participação (Avritzer; Santos, 2003).



Segundo Almeida (2013, p. 11), “esse movimento em direção à sociedade civil e a crescente força de suas manifestações não são privilégios do contexto nacional”, uma vez que há experiências de participação institucional, também, em outros países (Castiglione; Warren, 2006; Delesposte; Gimenes, 2015; Gimenes, 2015), mas o caso nacional destaca-se como modelo e exemplo do desenvolvimento de modalidades de participação institucional (Gimenes, 2015; 2017).

Para além do controle do Estado, os mecanismos de participação institucional representam, também, espaços para a tomada de decisões coletivas acerca de políticas públicas de diferentes áreas, e representam uma importante alteração democrática: o Brasil passou, nas duas últimas décadas do século XX, da condição de país com baixa propensão à participação associativa à nação de destaque por conta de mecanismos de participação institucional (Avritzer, 2015). Esse é o contexto em que operam instituições participativas, como conselhos, conferências, audiências públicas e orçamentos participativos (OPs). Portanto, configurando-se como alvo de grande expectativa por parcelas da sociedade que viram nestas instituições, possibilidades de ampliar a democracia, recém reconquistada.

Entre as diferentes instituições participativas, destacamos neste trabalho a experiência dos Orçamentos Participativos, por lidarem diretamente com o principal instrumento de gestão do Estado moderno, cujo qual sintetiza a regulação real e legal da noção de cidadania (Fedozzi; Lima, 2013).

O Orçamento Participativo (OP) é um instrumento de governo criado com objetivo de democratizar um dos principais instrumentos de gestão do Estado moderno, que é o orçamento público. Segundo Fedozzi e Lima (2013, p. 2), “o orçamento representa, em grande parte, como se dão as políticas de produção da renda social (receitas) e de sua distribuição na sociedade (despesas)”.

Dessa forma, o surgimento do Orçamento Participativo, marcado pela experiência de Porto Alegre - RS em 1989, foi rodeado de grande expectativa e certa efervescência, tanto pela sociedade envolvida, como pela bibliografia empenhada em pesquisas acerca de inovações democráticas. Tal movimento otimista que cercou essa experiência foi motivado também pelo momento do país, onde outras instituições participativas surgiram, incidindo sobre o tecido democrático que se construía.

O Orçamento Participativo é um instrumento que se constitui em características próprias, e ainda que se configure de diferentes formas (a depender do local em que se apresenta), mantém critérios mínimos de execução e acompanhamento.

Segundo Fedozzi (no prelo, s. p.):

[...] pelo menos cinco critérios permitem uma definição mínima de Orçamento Participativo:

- 1) a vertente orçamentária e/ou financeira (do Estado) é discutida de forma pública – o Orçamento Participativo lida com recursos escassos;
- 2) o envolvimento social no processo se dá no âmbito da cidade (ou de uma região ou estado), o nível de bairro não é suficiente;
- 3) o processo tem momentos repetidos por meio de instâncias, regras e critérios de participação e de escolha de prioridades orçamentárias; um encontro ou um referendo sobre questões financeiras não são exemplos de um Orçamento Participativo;
- 4) o processo inclui alguma forma de deliberação pública, no âmbito de encontros específicos ou fóruns; a abertura aos cidadãos das reuniões dos corpos administrativos ou políticos não é um Orçamento Participativo;
- 5) a prestação de contas sobre as decisões adotadas é essencial.

Dessa forma, é possível notar que o OP surge como uma via de incremento da democracia. Nesse sentido, Ursula Pires (2020) destaca a possibilidade de aprendizado contínuo da prática democrática por meio do OP.



Cientes da potência guardada junto à prática do OP, pretendemos com este trabalho destacar os principais achados da bibliografia sobre o tema, compreendendo os fenômenos de criação e de aparente redução das experiências de Orçamento Participativo no Brasil. Para tanto, apresentamos, para além deste item introdutório, o item de Materiais e Métodos, onde destacamos a metodologia utilizada no trabalho; em sequência, os Resultados e Discussão, apontando os achados do trabalho; e, por fim, a Conclusão, onde buscamos apresentar brevemente as considerações finais do trabalho.

A primeira experiência de Orçamento Participativo (OP) data de 1989 e foi implementada pelo governo denominado Frente Popular (PT e Partido Comunista Brasileiro – PCB), em Porto Alegre (RS), quando a prefeitura instituiu um mecanismo institucional municipal para discussão sobre um percentual específico do orçamento público por meio do envolvimento direto da população, o que elevou a transparência no processo deliberativo sobre demandas e interesses sociais (Romão, 2010).

Fedozzi e Lima (2013), destacam cinco variáveis que contribuíram para a criação do OP, sendo elas:

- 1) a decidida vontade política dos novos governantes para democratizar a gestão pública;
- 2) a existência prévia de um tecido associativo crítico, condição fundamental que exerceu a necessária pressão “de fora para dentro do Estado”;
- 3) a efetividade das decisões compartilhadas, consignando credibilidade à participação;
- 4) a eficácia na gestão político-administrativa das demandas em geral;
- 5) a governabilidade financeira para atender as demandas e possibilitar um ciclo virtuoso da “participação-decisão-execução-participação” (Fedozzi, 1997). (Fedozzi; Lima, 2013)

Segundo Gimenes (2017), o OP passou por expressiva expansão no Brasil, ao longo da década de 90, e sofreu retração nos anos 2000, em decorrência, principalmente, de mudanças entre prefeitos de diferentes partidos, coligações e ideologias. Dados apontam que entre 1993 e 1996 o número de municípios com OP no Brasil subiu para 30, já entre 1997-2000 chegou-se a 140 casos, e entre 2001-2004 atingiu-se o número de 261 casos. Pesquisas mais recentes buscaram mapear a situação dos OPs pelos municípios, mas encontraram grandes dificuldades de obtenção de dados, desse modo a pesquisa mais recente foi realizada pela Rede Brasileira de Orçamentos Participativos (RBOP), em 2012 e apontou o número de 355 casos (RBOP, 2012). Ainda assim, apenas cerca de 3% da população já se envolveu nessa modalidade institucional (PRODEP, 2011).

Os OPs assumem diferentes desenhos institucionais nos municípios onde funcionam, conforme observado em estudo de Borba e Lüchmann (2007). Dentre tais características, a maneira como as reuniões se desenvolvem podem se desdobrar entre discussões abertas a toda a população ou com etapas diferenciadas, nas quais a participação seria global no início e por meio de representantes (delegados ou conselheiros), posteriormente (Romão, 2010).

É digno de nota que a experiência do OP de Porto Alegre foi selecionada como uma das 40 melhores experiências de gestão local para a conferência Habitat II em 1995. Tal visibilidade mundial fez com que experiências de OP se expandissem para além do Brasil, inicialmente pela América do Sul e Central, e, posteriormente, se espalhando por diversos locais do globo. Desse modo o OP consagrou-se como modalidade de participação institucional mais replicada em outros países, sendo que, em 2016, havia registros de mais de 1500 experiências em países da América Latina, Europa, África, Ásia e Oceania (GIMENES, 2015). Nesta seara, a bibliografia aponta que as experiências internacionais de OPs expuseram diferentes objetivos e resultados, moldando-se às diferentes realidades e contextos.

Dentre os pontos positivos dessa experiência institucional, destacam-se: [1] o



desenho pode favorecer a participação em comunidades e em horários nos quais a classe trabalhadora possa participar; [2] a população tem condições de dialogar com o poder público municipal sobre suas necessidades e interesses; e [3] como o foco é a distribuição de recursos financeiros, o município tem como mapear o quanto cada política pública está deficitária em cada bairro ou região.

Em contrapartida, o OP é suscetível à alternância entre governos, o que determinou sua descontinuidade em muitos municípios brasileiros. Além disso, há, também, o baixo percentual disponibilizado para discussão pública (em muito por conta da determinação legal de destinação da receita municipal para educação, saúde e folha de pagamento), a barreira da linguagem técnica utilizada nas assembleias e a dificuldade da população em visualizar resultados efetivos, uma vez que as deliberações perpassam caminhos burocráticos que não permitem a realização imediata daquilo que for demandado e definido como prioridade nas assembleias. Estas são algumas possibilidades para o atual momento dos OPs, que a bibliografia aponta como de declínio (Peres, 2020).

Ainda sobre o OP, uma inovação tem ampliado esse mecanismo de participação institucional para a esfera virtual. Segundo Sampaio, Maia e Marques (2010), a versão digital denominada e-OP contribui para a democratização por meio do desenvolvimento digital, com redução de dispêndio de tempo e de recursos financeiros envolvidos nessa forma de participação.

Em termos analíticos, sabe-se inicialmente destacar que são poucos os dados disponíveis sobre quem participa de experiências de OP, uma vez que não há perguntas recorrentes sobre tal envolvimento em pesquisas nacionais com amostras representativas pelo fato de que não existe obrigatoriedade de OPs nos municípios. Isto posto, justifica-se o uso de comparação dos dados que seguem expostos nas tabelas 1 e 2 por serem os únicos disponíveis publicamente para amostras representativas da população nacional. Um ponto importante sobre tais dados é que se referem a dois períodos distintos de conjuntura política com relação à participação: em 2011 ainda vivia-se no país uma expansão do incentivo ao engajamento político, ao passo que em 2018 havia certo retrocesso democrático, ainda que marcado pela expansão da participação conservadora de grupos de direita.

Em se tratando dos dados, a pesquisa do PRODEP identificou que apenas 3% dos brasileiros participavam de reuniões do OP em 2011, o que pouco se alterou até a coleta de dados do ESEB de 2018, que identificou 4% de respostas positivas à questão sobre envolvimento de experiências de OP. A caracterização desses conjuntos específicos de brasileiros seguem nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1. Características sociodemográficas de quem participou do Orçamento Participativo

Característica	Categorias de classificação	2011 (%)	2018 (%)
Sexo	Masculino	57	58
	Feminino	43	42
Raça/etnia	Branco	55	28
	Não branco	45	72
Classificação etária	Jovem	28	14
	Adulto	60	66
	Idoso	12	20
Escolaridade	Até Ensino Fundamental incompleto	21	33
	Ensino Fund. completo até Ensino Médio completo	52	38
	Ensino Superior incompleto ou mais	27	29
Faixa de renda familiar	Até 2 salários mínimos	30	48



Mais de 2 até 5 salários mínimos	30	34
Mais de 5 salários mínimos	40	18
Beneficiário de programa de transferência de renda	10	32

Fontes: PRODEP (2011) e ESEB (2018).

Iniciemos pelas características sociodemográficas dos brasileiros que declararam ter participado de reuniões de OP em 2011 e 2018. Primeiro, identifica-se a predominância da participação de homens, o que reflete a disparidade no acesso à política entre homens e mulheres e é indício de que a desigualdade entre os gêneros que é recorrentemente verificada na literatura sobre participação se repete no OP.

Para todas as demais características sociodemográficas identificamos alterações no período: houve expansão da participação de cidadãos não brancos (negros, pardos, indígenas ou amarelas) e retração dos brancos; verifica-se sinais de redução do interesse da juventude em participar de OP e aumento do envolvido de pessoas idosas; a despeito da concepção do perfil de pessoas com escolarização mediana em 2011, em 2018 constatou-se maior heterogeneidade entre os envolvidos; a população com menores faixas de renda familiar mensal e também aqueles que eram beneficiários de programas de transferência de renda passaram a se envolver mais nas reuniões de OP. Assim, temos que – à exceção do sexo – a participação no OP se tornou mais plural se compararmos 2011 e 2018.

Com relação ao engajamento social e político, antes de discorrermos sobre os dados cabe ressaltar que muitas modalidades foram incluídas em apenas uma das duas pesquisas, o que demonstra tanto a existência de interesses específicos dos projetos quanto a relevância de considerar cada modalidade no período de tempo em que a pesquisa foi aplicada.

Tabela 2. Engajamento social e político de quem participou do Orçamento Participativo

Modalidade	2011 (%)	2018 (%)
Associações comunitárias ou de bairros	64	60
Associações ou grupos religiosos	48	71
Associações beneficentes	40	-
Associações esportivas ou recreativas	39	-
Associações profissionais	36	-
Associações escolares ou de pais e mestres	27	46
Associações de cultura	-	41
Associações meio ambiente	-	41
Associações em defesa de direitos de grupos minorizados	-	35
Associações em defesa de direitos dos consumidores	-	30
Organizações do Terceiro Setor	27	44
Partidos políticos	28	23
Sindicatos	19	30
Conselhos de políticas públicas	9	63
Conselhos Comunitários de Segurança	-	35
Conselhos tutelares	-	26
Associações escolares, grupos ou união estudantil	-	24

Fontes: PRODEP (2011) e ESEB (2018).

Acerca dos dados expostos na tabela 2, destaca-se a importância das associações



comunitárias ou de bairros nos OPs, que em muitos municípios são iniciados por reuniões em zonas ou conjuntos de bairros, o que persistiu nos dois anos analisados.

Para 2011, o associativismo demonstrou especialmente a importância da igreja, mas também de associações beneficentes e o impacto de grupos esportivos ou recreativos, que muitas vezes têm relação direta com associações comunitárias. Em menos medida, havia engajamento moderado de pessoas que também atuavam em associações profissionais e escolares, em organizações da sociedade civil ou Terceiro Setor e em partidos políticos. Por outro lado, era baixo o envolvimento de sindicalizados e menor ainda o percentual daqueles que participavam de reuniões de OPs e de algum conselho de políticas públicas.

Quando analisamos os dados referentes a 2018, tem-se a ampliação do impacto de grupos religiosos sobre a participação em OPs, mas o destaque referente à maior variação de frequência refere-se aos conselhos, uma vez que quase 2/3 dos envolvidos em reuniões de OP em 2018 também participavam de reuniões de conselhos. Os percentuais demonstram engajamento moderado de quem participava do OP também em associações escolares, de cultura, de defesa do meio ambiente e de direitos de grupos minorizados (mulheres e população LGBTI+ especialmente) e dos consumidores, de Conselhos Comunitários de Segurança e ainda aumento do envolvimento de quem atua no Terceiro Setor e em sindicatos. No entanto, reduziu-se a frequência de envolvimento de quem participa de partidos políticos, que tornou-se mais baixa, assim como era pequeno o número daqueles que participava do OP e de conselhos tutelares e de associações estudantis.

Em geral, os resultados da tabela 2 demonstram maior envolvimento de brasileiros que participaram de reuniões do OP também em outras modalidades de engajamento se comparadas as pesquisas de 2011 e 2018, o que remete à perspectiva teórica de que poderia ser indício de conformação de repertórios de ação política mobilizados pelos indivíduos conforme distintas demandas e percepções sobre veículos/mecanismos passíveis de utilização para encaminhamento de pautas e cobranças por atuação do Estado (Barnes; Kaase, 1979).

4 CONCLUSÕES

O quadro teórico sobre OPs no Brasil tem duas distintas perspectivas em curso: uma focada em sua prática como mecanismo relevante ao desenvolvimento democrático e outra que busca analisar os reflexos de sua persistência nas municipalidades.

Os dados analisados neste *paper* demonstram, por um lado, expansão do perfil de quem participa de experiências de OP, já que comparando dados de 2011 e 2018 tem-se maior presença de grupos minorizados – étnico-racialmente e em termos de renda – e heterogeneidade para aspectos que conformam visões de mundo e trajetórias – faixa etária e escolaridade.

Ademais, o maior engajamento múltiplo de cidadãos em OPs e outras formas de participação social e política pode ser positivo ao desenvolvimento democrático, caso esse envolvimento esteja atrelado à defesa do regime e sua pluralidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. R. Prefácio: dilemas e virtudes da institucionalização da política. In: SILVA, E. M. da; SOARES, L. B. (Orgs.). Experiências de participação institucionalizada. Belo Horizonte: Universidade Federal de Belo Horizonte, 2013. p. 11-39.

AVRITZER, L. A participação no Brasil democrático e seu desenho institucional. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Orgs.). Sistema político brasileiro: uma introdução. 3. ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Universidade Estadual Paulista



Julio de Mesquita Filho, 2015. p. 189-206.

AVRITZER, L. Participatory institutions in democratic Brazil. Washington, D.C.; Baltimore: Woodrow Wilson Center; Johns Hopkins University, 2009.

AVRITZER, L.; SANTOS, B. de S. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. de S. (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 39-82.

BARNES, S. H.; KAASE, M. Political action: mass participation in five Western democracies. Washington, DC: Sage Publications, 1979.

BORBA, J.; LÜCHMANN, L. H. H. (Orgs.). Orçamento participativo: análise das experiências desenvolvidas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2007.

CASTIGLIONE, D.; WARREN, M. Rethinking democratic representation: eight theoretical issues (conferência). In: Rethinking Democratic Representation Workshop, Columbia, 2006. Anais... Columbia: University of British Columbia, 2006. Disponível em <www.politics.ubc.ca/fileadmin/user_upload/poli_sci/Faculty/warren/Rethinking_Democratic_Representation_May_2006.pdf>. Acesso em 23 jul. 2022.

DELESPOSTE, Aline Guizardi; GIMENES, Éder Rodrigo. Trinta anos de pesquisa: balanço da produção acadêmica do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas. Florianópolis: Universidade Estadual de Santa Catarina, 2015. p. 77-100.

FEDOZZI, L. J.; LIMA, K. C. P. OS ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS NO BRASIL. Em: DIAS, Nelson (org). Esperança Democrática: 25 anos de Orçamentos Participativos no Mundo. Lisboa: In loco, 2013.

GIMENES, E. R. A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias: partidarismo na América Latina. 2015. 240 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GIMENES, É. R. Eleitores e partidos políticos na América Latina. Curitiba: Appris, 2017.

LÜCHMANN, L. H. H. Associações, participação e representação: combinações e tensões. Lua Nova, São Paulo, n. 84, 2011. p. 141-174.

PERES, U. D. DIFICULDADES INSTITUCIONAIS E ECONÔMICAS PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Caderno CRH, v. 33, p. e020007, 20 jul. 2020.

PROJETO Democracia Participativa. Participação e Conferências. Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP/UFMG)/Instituto de Pesquisa Vox Populi, 2011.

REDE BRASILEIRA DE ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS. Guarulhos: RELATÓRIO TÉCNICO, 2012



ROMÃO, W. de M. Nas franjas da sociedade política: estudo sobre o orçamento participativo. 235 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SAMPAIO, R. C.; MAIA, R. C. M.; MARQUES, F, P. J. A. Participação e deliberação na internet: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. Revista Opinião Pública, v. 16, n. 2, nov. 2010. p. 446-477.